

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 407, DE 2018

Altera o parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para incluir o princípio da confiança e dá outras providências.

Autora: Deputada JANETE CAPIBERIBE

Relator: Deputado FELIPE BORNIER

I - RELATÓRIO

A proposta de emenda à Constituição em epígrafe, cuja primeira signatária é a Deputada Janete Capiberibe, teve origem com a apreciação na Comissão de Legislação Participativa da Sugestão nº 112, de 2017, apresentada pela Associação Nacional dos Aposentados, Deficiente, Idosos, Pensionista e dos Segurados da Previdência Social – ANADIPS.

A referida proposição altera o art. 194 da Constituição Federal para incluir a confiança em matéria previdenciária entre os objetivos que norteiam a organização da seguridade social.

Acrescenta, ainda, parágrafo nos seguintes termos:

“§ 2º A natureza jurídica das contribuições para a Seguridade Social é tributária, vinculada à contraprestação estatal, garantindo-se aos segurados e aos beneficiários de quaisquer dos regimes públicos de previdência social a proteção de seus direitos, observando-se, ainda, que:

I – a filiação obrigatória respeitará o princípio da confiança em matéria previdenciária, vedado à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a mudança das regras previdenciárias, de forma unilateral, salvo se for para beneficiar os segurados, por norma mais benéfica, mediante opção do segurado;

II – respeito ao tratamento isonômico entre trabalhadores, aposentados e de prevalência da responsabilidade do Estado de garantir a contraprestação, com tratamento com base no

princípio da igualdade entre todos os trabalhadores que contribuem para o sistema de previdência social”.

Na justificação, ressalta-se que a PEC, ao propor a instituição do princípio da confiança em matéria previdenciária como mecanismo de proteção constitucional a todos os trabalhadores, objetiva garantir ao sujeito passivo da obrigação tributária a segurança jurídica necessária nas relações com o Estado.

Ainda, para embasar a proposição, faz-se referência a artigo publicado na Revista Consultor Jurídico de autoria de Victor Roberto Corrêa de Souza, que em estudo aprofundado demonstra a já existência do princípio da confiança na legislação infraconstitucional e a necessidade de ser incluído em nossa Lei Maior para que se estabeleça limites ao poder do Estado de mudar as regras do jogo e obrigá-lo a cumprir as regras já pactuadas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, “b”, e art. 202), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da admissibilidade da Proposta de emenda à Constituição nº 407, de 2018.

A proposta de emenda à Constituição em exame atende aos requisitos constitucionais do § 4.º do art. 60, não se vislumbrando em suas disposições nenhuma tendência para abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

A exigência de subscrição por no mínimo um terço do total de membros da Casa (art. 60, inciso I, da CF) foi observada, contando a proposição com 192 assinaturas válidas.

A matéria tratada na proposição não foi objeto de nenhuma outra que tenha sido rejeitada ou tida por prejudicada na presente sessão

legislativa, não se aplicando, portanto, o impedimento de que trata o § 5.º, art. 60, do texto constitucional.

Não se verificam, também, quaisquer incompatibilidades entre a alteração que se pretende fazer e os demais princípios e normas fundamentais que alicerçam a Constituição vigente.

De outra parte, embora haja impedimento circunstancial à reforma da Constituição Federal, uma vez que está em vigor intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, por força do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, a Presidência desta Casa, na Questão de Ordem nº 395, de 2018, fixou o entendimento de que “na Câmara dos Deputados, durante a vigência da intervenção federal, as Propostas de Emenda à Constituição não podem ser submetidas a discussão e votação em Plenário, podendo, porém, tramitar até a conclusão da análise da matéria pela Comissão Especial competente”.

Por fim, no que se refere à técnica legislativa, a proposição está bem redigida e foi elaborada nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Isto posto, nosso voto é no sentido da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição de nº 407, de 2018, nos termos da Questão de Ordem nº 395, de 2018.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado **FELIPE BORNIER**
Relator